



## RELAÇÃO ENTRE OS PESCADORES ARTESANAIS E LEGISLAÇÃO PESQUEIRA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

**SILVA<sup>1</sup>, Ederson Pinto da; GRELLERT<sup>2</sup>, Ana Paula; SOARES<sup>3</sup>, Maria da Graça de Oliveira; PEREIRA<sup>4</sup>, Maria Odete da Rosa; MORALES<sup>5</sup>, Márcio Marcelo Garcia.**

### 1- INTRODUÇÃO

No estado do Rio Grande do Sul, segundo Silva (1990), a pesca artesanal<sup>6</sup> vem sendo praticada desde o período da colonização. Naquela época a exportação de pescado para a capital do Império e para outros países constituíam um negócio significativo (Lhering *apud* Asmus & Kalikoski, 2005).

Até a década de 60, a pesca artesanal era a principal responsável pelos desembarques de pescado no Rio Grande do Sul. Porém, a partir desta década, esta atividade foi perdendo importância e passou a ter um papel cada vez menor na composição da economia regional, levando a uma condição de empobrecimento um grande número de trabalhadores envolvidos com a pesca. Frente a essa perda gradual de importância na economia regional, a pesca artesanal vem enfrentando uma profunda crise econômica e social.

Buscando superar tal crise, desde o início da atual década, diversas comunidades de pescadores vêm construindo uma nova forma de organização para esta atividade produtiva. Neste contexto, surge uma rede regional de associações e cooperativas de pescadores, visando enfrentar a crise econômica e social vivida até então. Através dessa rede, as organizações de pescadores que a compõem vêm dando significativos passos para o fortalecimento da categoria. Por meio da cooperação entre as organizações, os pescadores estão rompendo com a relação de exploração imposta durante anos pelos atravessadores<sup>7</sup>.

Atualmente a rede está organizada em sete municípios da região sul do Rio Grande do Sul, sendo eles: Pelotas, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Arroio Grande e Jaguarão. Os locais de pesca

<sup>1</sup> Tecnólogo em Gestão Ambiental, consultor da Cooperativa Lagoa Viva Ltda - ederson.tga@gmail.com

<sup>2</sup> Pedagoga, consultora da Cooperativa Lagoa Viva Ltda. – paulinhagrellert@gmail.com

<sup>3</sup> Socióloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ISP/UFPel e consultora da Cooperativa Lagoa Viva Ltda - mgipcs@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Pedagoga, discente do doutorado em Educação Ambiental na FURG e consultora da Cooperativa Lagoa Viva Ltda – dethfurg@hotmail.com

<sup>5</sup> Agrônomo, consultor da Cooperativa Lagoa Viva Ltda – marciomoraes@gmail.com

<sup>6</sup> A pesca artesanal é definida como aquela em que o pescador sozinho ou em parcerias participa diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples. Da pesca, retiram a maior parte de sua renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares (Diegues, 1988).

<sup>7</sup> Indivíduo que se interpõe entre o pescador e a indústria e/ou consumidor.

utilizados pelos pescadores compreendem o estuário da Laguna dos Patos, Canal de São Gonçalo, Lagoa Mirim, Lagoa Mangueira e a zona costeira próxima a barra do Arroio Chuí.

Porém, mesmo com os diversos avanços conquistados através da rede, as organizações que a compõem, vêm se deparando com um processo acentuado de queda nas capturas, o que tem remetido para uma reflexão sobre o modelo de gestão da pesca adotado na região.

Este estudo é parte integrante do Projeto denominado “Ações para Consolidação da Rede Regional de Comercialização Solidária do Pescado no Sul do Rio Grande do Sul, desenvolvido através de um convênio firmado entre a Cooperativa Lagoa Viva <sup>8</sup> e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil – SEAP/PR.

Objetiva a elaboração de um diagnóstico do perfil sócio-econômico dos beneficiários do referido projeto, com a finalidade de compreender a dinâmica social e econômica vivida pelas famílias de pescadores artesanais e sua relação com o meio ambiente.

## **2- METODOLOGIA**

Trata-se de um resultado parcial de uma pesquisa maior, este momento tem um caráter quantitativo, com a aplicação de questionário estruturado, contendo perguntas fechadas e abertas. Contudo o método torna-se fundante na pesquisa proposta, já que é no processo, nem antes nem depois, que se constitui. Além disso, busca-se conhecer pelas causas procurando as origens no fenômeno investigado. Nesse processo de conhecimento se estabelecem as relações e as ligações entre teoria e prática nos processos psicossociais e educacionais (Molon, 2005).

A amostra dessa pesquisa foi composta por 96 entrevistas, distribuídas proporcionalmente entre as famílias que são beneficiárias do projeto “Ações para Consolidação da Rede Regional de Comercialização Solidária do Pescado no Sul do Rio Grande do Sul, o qual abrange associações e cooperativas de pescadores dos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Arroio Grande e Jaguarão.

Estes questionários foram digitados em um programa denominado SPSS, vindo a compor um banco de dados que possibilitou o mapeamento do espaço social onde vivem as famílias de pescadores artesanais.

Foram levantados dados sobre composição e perfil do núcleo familiar, qualidade da infra-estrutura social (habitação, luz, água, rede de esgoto), atividades de lazer a disposição das comunidades, cultura (etnia, religião, município de procedência), formas de organização para a atividade produtiva, perfil profissional, infra-estrutura da atividade pesqueira e relação desse grupo social com meio ambiente, em especial o conhecimento e cumprimento da Legislação pesqueira.

## **3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

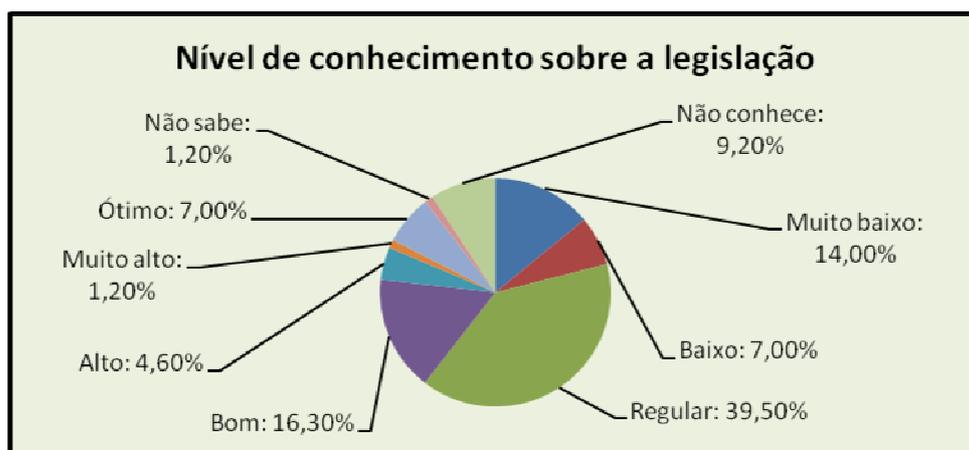
De acordo com os dados levantados durante a pesquisa, foi possível constatar uma tendência ao desconhecimento em relação à legislação para os locais onde pescam, bem como, um descompasso entre estas leis e o seu cumprimento por parte dos pescadores.

---

<sup>8</sup> Cooperativa dos Pescadores Profissionais Artesanais Lagoa Viva LTDA, localizada na Colônia de Pescadores São Pedro – Z-3 em Pelotas/RS.

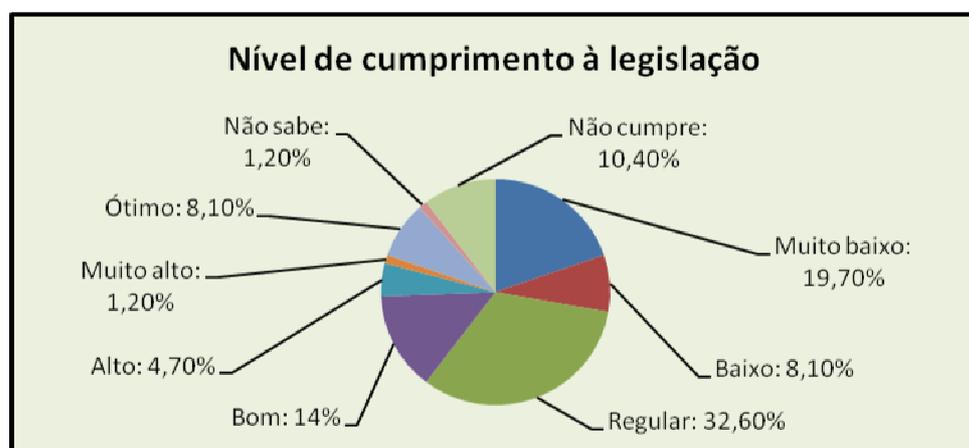
No total dos pescadores entrevistados, 90,7% alegam saber da existência das leis para os locais onde pescam, porém, quando se analisa o nível de conhecimento sobre as leis para os locais de pesca, verifica-se que 69,7% dos pescadores estão entre os níveis não conhece (9,2%), muito baixo (14%), baixo (7%) e regular (39,5%). O Gráfico 1 mostra distribuição das respostas para o nível de conhecimento sobre a legislação para os locais de pesca.

Gráfico 1. Distribuição das respostas para nível de conhecimento da legislação para os locais de pesca.



Já, quando se analisa o nível de cumprimento a legislação para os locais de pesca, verifica-se que 70,8% dos pescadores estão entre os níveis não cumprem (10,4%), muito baixo (19,7%), baixo (8,1%) e regular (32,6%). O Gráfico 2 mostra a distribuição total das respostas para o nível de cumprimento da legislação para os locais de pesca.

Gráfico 2. Distribuição das respostas para nível de cumprimento à legislação para os locais de pesca



Certamente o baixo nível de conhecimento da legislação para os locais de pesca gera um baixo nível de cumprimento desta legislação que, por sua vez, tem

significativa importância no processo de queda nas capturas. Desta forma, assim como afirma Pereira (2007), fica explícita a ineficácia do modelo de gestão do estado que impõe uma regra, mas não consegue garantir o cumprimento da mesma.

O processo de elaboração da pesca e a relação dos gestores com os pescadores são analisados por Silva:

O fato de as instituições estarem distanciadas das comunidades de pescadores permitiu que muitas teorias fossem desenvolvidas completamente à margem da realidade da pesca, afastando qualquer possibilidade de posicionamento por parte dos pescadores. Estas teorias, por serem “científicas”, acabaram resultando em mecanismos de gestão desconectados da realidade, desconsiderando os saberes dos pescadores, usuários do sistema e, junto com os recursos pesqueiros, principais impactados (SILVA, 2006, p.18.).

Pode-se, então, concluir que pelo fato da grande maioria da base ainda permanecer à margem das decisões, e, em boa parte dos casos, as normas não estarem de acordo com a realidade, os pescadores acabam não se sentindo comprometidos com as mesmas. Esta “falta de pertença” dos pescadores pelas normas estabelecidas tem sido um dos principais elementos limitantes para a gestão dos recursos pesqueiros na região pesquisada.

#### 4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASMUS, M.; KALIKOSKI, D.C. Uma estrutura para a avaliação do processo de co-gestão do Fórum da Lagoa dos Patos. In: E. G. REIS (coord). **Restabelecimento da capacidade produtiva do Sistema Ambiental da Pesca Artesanal no extremo sul do Brasil**. FNMA. Relatório Final. Anexo X, 2005. 48 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

\_\_\_\_\_. **A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência**. IN: Revista Proposta – Experiências em Educação Popular, Nº 38 – Pescadores Artesanais, entre o passado e o futuro. Editora da FASE, Rio de Janeiro, 1988.

MOLON, Susana Inês. Contribuições Epistemológicas da perspectiva sócio-histórica para a educação ambiental. Galiuzzi, Maria do Carmo, et al Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. P.135.

PEREIRA, M. O. da R. **Ouvindo e reconstruindo as histórias dos pescadores** - Trabalho apresentado como proposta de pesquisa de uma tese de doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental –PPGEA- Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, Furg, 2007. 20 p.

SILVA, E. P. **Análise Institucional da Pesca**. FAO, 2006. 46 p.

SILVA, J. N. A. **Perfil pesqueiro da frota artesanal do Rio Grande do Sul de 1945 a 1989**. Rio Grande: CEPERG/IBAMA, 1990. 43 p.